

**Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Contato (61) 2025-3673**

DESTAQUES DO MÊS

EM FOCO

**Conade aprova
plano do governo**

NOTÍCIAS

**Aprovado o
Regimento Interno
da III Conferência
Nacional**

**Presidente da OAB
visita o Conade**

**Relatório de
Monitoramento da
Convenção da ONU
será apreciado por
Grupo de Trabalho
paritário**

**Decreto de criação
do Conade é
objeto de estudo**

**Conade apoia
concurso do
Ministério da
Cultura**

Ministros participam das reuniões do Conade

O objetivo foi o de discutir com os conselheiros o plano de ação para as pessoas com deficiência que o Governo Federal pretende lançar na segunda quinzena de setembro. [Página 3](#)



Fotos: acima, da dir. para a esq. - ministra Gleisi Hoffman (CC/PR), ministra Maria do Rosário (SDH/PR) e Moisés Bauer (ONCB), presidente do Conade; ao lado, ministro Fernando Haddad (MEC).



Reunião Plenária é transmitida pela internet

Graças à interface da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) com o Ministério da Saúde (MS), o Brasil inteiro assistiu à Reunião Plenária do Conade pela internet. [Página 6](#)



Foto: Moisés Bauer (ONCB)

Um desafio puxa o outro

O Plano Nacional para Pessoas com Deficiência será lançado pela Presidenta Dilma. Agora é a vez de lutar pela lei de regulamentação da criação do Conade e pela instituição do Fundo Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Caros leitores,

Com o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência se aproximando, torna-se ainda mais instigante e prazeroso dirigir-me aos senhores(as) nesta edição do Conade Informa. Edição que já aponta resultados importantes do empenho que esse colegiado tem empreendido na busca por tornar efetivas as lutas e demandas das pessoas com deficiência em nosso país.

O Plano Nacional para Pessoas com Deficiência, divulgado como em fase de construção na edição passada, já é uma realidade e será lançado pela Presidenta Dilma, após apreciação e contribuições deste Conselho. Todos os conselheiros (as) estarão presentes nesse momento histórico que desencadeará uma série de ações e programas voltados para nós, pessoas com deficiência.

A partir da transmissão ao vivo de nossas reuniões plenárias, conseguimos mais um incontestável avanço: a democratização das informações e dos debates para toda sociedade, horizontalizando as discussões e possibilitando a todos e a cada um acompanhar

ativamente o trabalho do Conade. Com apenas a primeira reunião nesse molde, atingimos conselhos estaduais e municipais, universidades, outros segmentos que militam na área de direitos humanos, tendo o acesso à transmissão sido considerado recorde pelo departamento que foi parceiro conosco na transmissão.

Agora, caríssimos(as), é hora de trabalhar fortemente na Lei de Regulamentação da Criação do Conade e na instituição do Fundo

Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, dois importantes gargalos para os quais constituímos um GT que começará a se reunir em setembro com a responsabilidade de dar conta dessa tarefa. Queremos continuar assim, com um desafio puxando o outro e a crescente felicidade de ver a política para pessoas com deficiência

galgar patamares de prioridade, respeito e dignidade tanto para sociedade civil quanto para o governo.

Uma ótima leitura a todos(as).

Moisés Bauer Luiz, presidente do Conade

“Felicidade de ver a política para pessoas com deficiência galgar patamares de prioridade, respeito e dignidade.”

Moisés Bauer

Ministros discutem plano no Conade

As ministras-chefes da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Maria do Rosário, e o ministro da educação, Fernando Haddad discutiram com os conselheiros do Conade as ações do plano que está sendo elaborado pelo Governo Federal voltado para as pessoas com deficiência. Os conselheiros do Conade tomaram conhecimento dos detalhes do plano.

Ao participar da 75ª Reunião Ordinária do Conade, Gleisi Hoffmann apresentou os principais pilares do plano de ações de direitos e cidadania voltadas para as pessoas com deficiência, em construção no governo. Segundo a ministra, o plano foi um pedido da presidenta Dilma e deverá ser lançado na segunda quinzena de setembro. Gleisi informou que o programa será baseado em quatro pilares: acesso à educação e trabalho, prevenção e tratamento; inclusão e promoção social; e acessibilidade física e tecnológica.

O plano está sendo elaborado com a participação de 14 ministérios, sob a coordenação de grupo executivo formado pela Casa Civil, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Ciência e Tecnologia. Além destes, participam da construção do plano o Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, Ministério das Cidades, Ministério do Esporte, Ministério da Comunicação e Ministério da Cultura.

Pela proposta apresentada, a ideia é agregar e organizar ações já existentes e ampliá-las em diversas áreas. Na avaliação da ministra Maria do Rosário, o plano vai elevar as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência a um patamar histórico no País. Rosário agradeceu a presença da ministra da Casa Civil na reunião e lembrou que isso demonstra o compromisso do governo da presidenta Dilma com o tema. "Com a intensa participação da Casa Civil na construção deste plano, vamos colocar as políticas públicas



Foto: Ministras Gleisi Hoffmann e Maria do Rosário ao lado de Antônio José, secretário da SNPD e Moisés Bauer, presidente do Conade.

"O Governo está empenhado em reconhecer o protagonismo do Conade, da sociedade civil e de entidades ligadas ao tema."

Gleisi Roffmann

para a pessoa com deficiência no comando central do governo. Este é um marco muito importante para este segmento da população brasileira, que precisa ter seus direitos reconhecidos", complementou Rosário. Durante a reunião, os conselheiros apresentaram sugestões ao plano, que, quando finalizado, será apresentado integralmente e validado pelo Conade, segundo informou a ministra. "Nosso esforço vai ser muito grande para contemplar as contribuições de vocês", afirmou Gleisi. O plano deve sintetizar as contribuições do Conade, da sociedade civil e de entidades ligadas ao tema. "O Estado brasileiro tem de reconhecer que por muito tempo não cuidou das necessidades das pessoas com deficiência. Durante todo este período, esta responsabilidade pesou sobre a sociedade civil organizada. O governo está empenhado em reconhecer o protagonismo dessas entidades quando da construção desta

importante política pública. Esse é um compromisso da presidenta Dilma”, afirmou Gleisi Hoffman.

Reunião Extraordinária

Nos dias 5 e 6 de setembro o Conade realizou reunião extraordinária exclusivamente para apreciar o plano. O ministro Fernando Haddad, do Ministério da Educação (MEC), esteve presente e reforçou o compromisso com a educação inclusiva, afirmando que esta é uma prioridade do Governo Federal. Acompanhado da ministra Maria do Rosário, Haddad adiantou que na proposta de plano para inclusão das pessoas com deficiência, será considerada a dupla matrícula de crianças com deficiência, com investimentos do governo tanto nas escolas comuns como nas especiais. Ele reforçou que o objetivo principal é o de garantir o acesso e promover a convivência entre pessoas com e sem deficiência. “Esse convívio enriquece o ambiente escolar. Todos ganham”, disse.

Para o ministro, é muito importante entender que a posição do MEC supera o antagonismo e estabelece a cooperação entre as escolas comuns e as especiais na inclusão da pessoa com deficiência. Segundo Haddad, o debate envolvendo a educação especial e a educação inclusiva foi feito antes e não podemos retroceder. “Não é uma questão de escolher

uma ou outra forma de educar, mas de utilizar as duas com um só objetivo e observando-se as particularidades de cada pessoa.” Com a garantia da dupla matrícula, as famílias poderão escolher a forma de educar as pessoas com deficiência, podendo inclusive optar pelos dois modelos. “A meta do MEC é a universalização do atendimento nas classes comuns e nas especiais” complementou Haddad.

Segundo Fernando Haddad, o Ministério da Educação trabalha para acelerar o processo de inclusão escolar de toda a população, em especial das crianças que estão fora da escola. “O foco não é as que estão fora da escola especial, mas crianças que não estão em escola nenhuma. Nosso caminho é o do acolhimento dessas crianças”, afirmou.

“A posição do MEC supera o antagonismo e estabelece a cooperação entre as escolas regulares e as especiais.”

Fernando Haddad

A ministra Maria do Rosário ressaltou a importância de o Conade discutir políticas públicas com os ministros do governo federal. “A educação é um direito humano essencial e a questão das crianças e adolescentes com deficiência é uma preocupação central para nós”, enfatizou. Ela ressaltou, ainda, que é a segunda visita ministerial que o conselho recebe em menos de um mês. A deputada federal Mara Gabrilli (PSDB/SP) esteve presente durante a visita do ministro Fernando Haddad e reforçou o seu compromisso para o fortalecimento do Conade.



Foto: deputada federal Mara Gabrilli falando para o plenário, sob o olhar atento dos conselheiros e mesa diretora da reunião extraordinária do Conade presidida pelo conselheiro Antônio José (SNPD), com a presença do ministro Fernando Haddad e da ministra Maria do Rosário.



Avaliação do Conade

Durante a reunião extraordinária, técnicos de vários ministérios apresentaram os detalhes do plano, e cada item foi exaustivamente discutido entre os conselheiros. Ao final dos dois dias de trabalho, o plenário do Conade aprovou o plano. A avaliação prévia do Conade foi uma condição imposta pela Presidenta Dilma, o que mostra a importância do Conselho no cenário nacional.

As sugestões apresentadas pelos conselheiros serão avaliadas por todos os ministérios com o objetivo de as mesmas serem incluídas nas próximas fases do plano. O lançamento oficial do plano será feito pela Presidenta Dilma Rousseff com a presença dos 14 ministros envolvidos e dos conselheiros do Conade.



O Plano de Ações de Direitos e Cidadania Voltadas para as Pessoas com Deficiência será lançado pela Presidenta Dilma.



Fotos: de cima para baixo - conselheiros do Conade apresentando sugestões ao plano do Governo; ministras Gleisi Roffmann e Maria do Rosário fazendo anotações; Antônio José (SNPD), ministro Fernando Haddad, ministra Maria do Rosário e Claudia Dutra, secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC); visão geral do plenário do Conade durante a visita das ministras.

Reunião do Conade é transmitida ao vivo pela internet

Graças à interface da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) com o Ministério da Saúde (MS) e com o apoio do Aids Media Center, a 75ª Reunião Ordinária do Conade foi transmitida ao vivo pela internet.

A interface com o Ministério da Saúde foi estabelecida através do departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do MS. A tecnologia já vinha sendo utilizada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (LGBT), que transmite suas reuniões pela internet e agora o Conade passou a utilizar esta ferramenta de comunicação.

Nos dois dias de realização da Reunião Plenária, imagem e som foram ao ar ao vivo, possibilitando que pessoas em qualquer lugar com acesso à internet pudesse assistir à reunião. Este é, sem dúvida, um importante meio de aproximação do Conade com os conselhos estaduais e municipais e com as entidades e órgãos ligados



Imagem copiada da internet, com a página do Aids Media Center, contendo a transmissão da reunião do Conade. A cena exibe o conselheiro José Alcides Marton (Unisert) quando falava ao plenário. Ao lado da imagem de vídeo, é possível consultar a pauta da reunião.

ao segmento.

Durante as transmissões, conselheiros receberam mensagens de várias partes do País parabenizando a conquista do Conade e informando que estavam assistindo à transmissão. Com esta ferramenta, vai ficar mais fácil divulgar as ações do Conselho e aproximar o Conade da base do segmento.

A próxima transmissão acontecerá por ocasião da realização da 2ª Reunião Extraordinária, que será realizada nos dias 5 e 6 de setembro, das 9 às 18 horas. Acompanhe. É só acessar o endereço eletrônico www.aids.gov.br/mediacenter e clicar no ícone "Ao vivo". Na página, é possível consultar a pauta da reunião.

Foto: Visor da câmera de vídeo com a imagem captada do plenário do Conade.



**Próxima Reunião Ordinária do Conade
20 e 21 de outubro
Assista ao vivo através da internet
www.aids.gov.br/mediacenter**

Aprovado o Regimento Interno da III Conferência

A proposta de Regimento Interno da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, apresentada pela Comissão de Articulação de Conselhos, foi aprovada pelo plenário do Conade.



Foto: conselheiro Evangel Vale (Coede/BA), coordenador da Comissão de Articulação de Conselhos.

A III Conferência está programada para ser realizada de 3 a 6 de dezembro de 2012 e terá por finalidade discutir as novas perspectivas e os desafios na implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU. O evento será realizado em etapas, no âmbito distrital, municipal ou regional, estadual e nacional. Os eventos serão realizados onde existir conselho estadual ou municipal estruturado e em funcionamento.

Calendário

O calendário definido para a realização das etapas é o seguinte:

1ª Etapa – Municipal ou Regional: de 01 de outubro

de 2011 até 31 de março de 2012;

2ª Etapa – Estadual: de 1 de maio até 31 de julho de 2012; e

3ª Etapa – Nacional: de 3 a 6 de dezembro de 2012.

A etapa nacional será realizada pelo Conade, em articulação com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), em Brasília, sob os auspícios da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Tema Central

O tema central da III Conferência será “Um olhar através da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU: Novos Desafios e Perspectivas”. O assunto será discutido em quatro mesas-redondas separadas por tema:

1. Educação, esporte, trabalho e reabilitação profissional;
2. Acessibilidade, comunicação, transporte e moradia;
3. Saúde, prevenção, reabilitação, órteses e próteses; e
4. Segurança, acesso à justiça, padrão de vida e proteção social adequado.

Participantes

Poderão participar da III Conferência, representantes de órgãos públicos, entidades de classe, organizações de trabalhadores e patronais, de conselhos dos direitos das pessoas com deficiência, de entidades e organizações da sociedade civil. Além destes, poderão participar usuários e pessoas interessadas nas questões relativas aos direitos das pessoas com deficiência e na defesa dos direitos humanos.



Foto: da esq. para a dir. - conselheiros Adinilson Marins (Fenapae), Janaína Menezes (Ampid), Thays Nogueira (SPM), Joiran Medeiros da Silva (MEC) e Raimundo Nonato de Souza (MPS).

Na etapa nacional, os membros serão classificados em duas categorias: delegados com direito a voz e voto e ouvintes com direito a voz. Os delegados serão eleitos nas conferências

estaduais, garantindo-se a paridade entre sociedade civil e governo. Os conselheiros titulares e suplentes do Conade também serão enquadrados na categoria de delegado.

Nas próximas reuniões do Conade, será formada a Comissão Organizadora da III Conferência, que ficará responsável pela organização e coordenação geral do evento. Aguarde novas notícias.

Presidente da OAB visita o Conade

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcanti, esteve na 75ª Reunião Ordinária do Conade e reafirmou o compromisso da Ordem com os direitos humanos.



Foto: da dir. para a esq. - Moisés Bauer (ONCB), Ophir Cavalcante, presidente da OAB e o conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB).

Falando para o plenário ao lado do conselheiro Joaquim Santana Neto (representante da OAB no Conade), Ophir Cavalcante agradeceu o convite que foi feito quando o Conade enviou ofício parabenizando a OAB por incluir questão sobre a Convenção da ONU no exame da Ordem. O envio do ofício foi deliberado pelo Plenário do Conade durante a 74ª Reunião Ordinária realizada em julho.

“Direitos humanos é questão de estado, de cidadania e respeito ao próximo, e não em benefício de segmentos”, afirmou o presidente da OAB. “Precisamos difundir a cultura do respeito ao próximo, às leis e aos tratados internacionais”, complementou. Ophir lembrou que o Conade é referência de seriedade e compromisso com o segmento.

Acessibilidade na OAB

Ophir Cavalcante afirmou que, em sua gestão, a OAB fez uma grande campanha de acessibilidade. Os prédios antigos foram adaptados e os novos estão sendo construídos obedecendo a legislação sobre o assunto. Para Ophir, o dever da OAB é defender as leis e a democracia através da interlocução com a sociedade

civil para que as pessoas com deficiência tenham igualdade de oportunidades.

O representante da OAB no Conade, Joaquim Santana Neto, agradeceu ao presidente da OAB pela indicação para representar a Ordem no Conade, citando que o trabalho voluntário que realiza no Conade é feito porque ele gosta do que faz e para servir à nação. Ele relembrou que o Conade tem demonstrado maturidade em suas decisões e que os assuntos mais relevantes do segmento são discutidos aqui.

O presidente do Conade, Moisés Bauer, falou da importância da OAB por desenvolver comissões para tratar do tema “pessoa com deficiência”, afirmando que,



Foto: conselheiro Carlos Frederico da Silva (MRE)

quando isto acontece, o movimento fica mais fortalecido. Vários conselheiros pediram a palavra para parabenizar a OAB por suas ações na área, inclusive contratando pessoas com deficiência em seu quadro de funcionários.

Experimentando um misto de emoção e alegria, Ophir disse que desta reunião ele sai renovado como cidadão que acredita que podemos fazer uma país melhor. "Vale a pena lutar por uma causa e dar efetividade ao que as leis determinam", complementou.

Foto: conselheiro José Carlos de Oliveira (Feneis) com uma intérprete da libras, participando da Reunião Plenária.



GT Monitoramento da Convenção apresenta relatório

O Grupo de Trabalho (GT) criado para avaliar o 1º Relatório Nacional da República Federativa do Brasil sobre o Cumprimento das Disposições da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, apresenta relatório ao plenário do Conade.

O coordenador do GT, Adinilson Marins dos Santos (Fenapae), apresentou o resultado do trabalho do GT que avaliou o relatório preparado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). O documento elaborado pelo GT faz considerações sobre os principais itens do Relatório, e sugere providências para complementar dados e informações.

O Grupo de Trabalho foi formado por conselheiros representantes da sociedade civil, e reuniu-se em julho para produzir o documento. Agora será criado novo GT com quatro membros da sociedade civil e quatro

membros do governo, que vai trabalhar o parecer e apresentar ao plenário do Conade para deliberação. Os nomes que vão compor o GT serão escolhidos durante a Reunião Extraordinária que será realizada nos dias 5 e 6 de setembro.

O parecer final do Conade será encaminhado para a SNPD e será anexado ao relatório preparado pelo governo.



Foto: Membros do Grupo de Trabalho reunidos para elaborar o parecer sobre o Relatório de Monitoramento elaborado pela SNPD.

Proposta de lei para regulamentar a criação do Conade

Grupo de Trabalho formado por seis membros vai avaliar o parecer emitido pela Comissão de Atos Normativos (CAN), contendo a minuta da proposta de lei para regulamentar a criação do Conade.

O GT será formado por três membros do governo e três da sociedade civil, garantindo a paridade. Os conselheiros representantes da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) e Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil (Farbra) vão se debruçar sobre a proposta da CAN para produzir documento final que será apreciado oportunamente pelo plenário do Conade. Além dos membros do GT, representantes do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento vão participar dos trabalhos na qualidade de consultores.

O parecer da CAN foi elaborado pelo conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB), preparado a partir da Nota Técnica 02/2010, de 05/04/2010, elaborada pela então conselheira Lais Lopes (OAB). O assunto vem sendo discutido no Conade desde 2007 e se originou na Comissão de Articulação de Conselhos (CAC), que emitiu parecer. Em 2008, o parecer foi aprovado pelo plenário. Em seguida, o processo foi enviado para a CAN, que em 2010

apontou as fragilidades existentes no decreto de criação do Conade e o assunto foi discutido com todos os conselheiros em várias reuniões plenárias.



Foto: conselheiro Rivaldo Araújo da Silva (ME).

Entendendo a Proposta

O Conade foi criado no âmbito do Ministério da Justiça através do Decreto 3.076, de 1º/06/1999, decreto este revogado pelo Decreto 3.298, de 20/12/1999. Posteriormente, a Lei 10.683, de 28/05/2003, - que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios - faz menção ao Conade como parte da estrutura do governo (art. 24, parágrafo único).

O objetivo da proposta é dar mais segurança ao Conade, vinculando sua criação a uma lei e não a um decreto. Outro objetivo é a criação do Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, cuja finalidade será a de financiar ações no âmbito da inclusão e defesa da pessoa com deficiência.

Foto: conselheiro Domingos João Montagna (FCD-Brasil)



Conade apoia o Prêmio Arte e Cultura Inclusiva 2011

O Plenário do Conade reunido na 2ª Reunião Extraordinária deliberou apoiar o Prêmio Arte e Cultura Inclusiva 2011, lançado pelo Ministério da Cultura. O Edital publicado no Diário Oficial da União no dia 2 de agosto foi objeto de carta de repúdio publicada na internet.



Fotos: conselheira Aline Mesquita (MinC), fazendo uso debatendo durante a reunião plenária. Ao seu lado, Adinilson Marins (Fenapae) e Rosângela Santos (Farbra); ao lado a logomarca do Concurso

A conselheira Aline Mesquita (MinC) levou para o plenário do Conade a sua preocupação com a manifestação de algumas pessoas que assinaram a carta de repúdio ao [Prêmio Arte e Cultura Inclusiva 2011 – Edição Albertina Brasil Santos](#). O documento de repúdio foi publicado no site [Petição Pública](#), e até o fechamento desta edição contava com 204 assinaturas.

Com o tema “Nada Sobre Nós, Sem Nós”, o concurso do Ministério da Cultura (MinC), instituído por meio da Secretaria de Cidadania Cultural, Petrobras e da Oscip Escola Brasil, consta do edital publicado no [Diário Oficial da União do dia 2](#) de agosto. O concurso selecionará 30 iniciativas culturais já realizadas e que tenham propiciado a participação de artistas com deficiência na produção e difusão artística e cultural brasileiras, assim como ações, projetos e produtos culturais que possibilitaram acesso e acessibilidade a pessoas com deficiência.

Entre 15 de agosto e 30 de setembro, pessoas físicas, grupos informais e instituições podem inscrever suas iniciativas para o concurso, nas categorias Expressão Artísticas e Acessibilidade que premiarão, respectivamente, 20 e 10 iniciativas de destaque em cada área. Cada premiado receberá R\$ 12,5 mil. No total, o investimento será de R\$ 385 mil. O prêmio tem patrocínio da Petrobras por meio da Lei Rouanet.

Em sua primeira edição, o Prêmio homenageará Albertina Brasil Santos, ativista com deficiência visual e pioneira na Administração Pública Federal, quando servidora na Fundação Nacional de Artes (Funarte), ao sensibilizar diferentes esferas de governo, assim como comunidades culturais, para a promoção do talento das distintas expressões de artistas com deficiência.



Como reconhecimento, será concedido também um prêmio de R\$ 10 mil à família de Albertina Brasil, falecida em 2004, pelo seu trabalho de fomento às expressões culturais de pessoas com deficiência.

O prêmio visa ainda contribuir para a divulgação da obrigatoriedade e da urgência de se adotarem medidas de acessibilidade em espetáculos, manifestações e eventos artísticos, a fim de proporcionar a inclusão das pessoas com deficiência na vida cultural de suas comunidades. O edital em formato [PDF](#), em formato

[Documento](#), portaria de [retificação](#) e os anexos [1](#), [2](#), [3](#) e [4](#) estão disponíveis no site do Ministério da Cultura na internet.

Abaixo-Assinado

Os promotores do documento de repúdio alegam, dentre outras coisas, que o edital mostra-se equivocado ao eleger a deficiência como critério e condição principal na concessão dos investimentos em produtos artísticos. Outra questão levantada é a de que a premiação corre o risco de vitimar o artista diante da própria



Fotos: acima, da esq. para a dir. - conselheiros Juiran Medeiros da Silva (MEC) e Fábio Borges de Abreu (MTE); abaixo, conselheiro Raimundo Nonato de Souza (MPS) e Elyria Credidio (MDS)



classe profissional ao exigir documentação médica como forma de comprovar a deficiência. O documento classifica o Prêmio como "assistencialista" e exige o cumprimento das normas de acessibilidade.

Segundo a conselheira Aline Mesquita (MinC), a necessidade de comprovação médica foi incluída para proteger as pessoas com deficiência, uma vez que a legislação brasileira ainda não tem um modelo único de valoração e classificação da deficiência. O critério foi decidido em comum acordo com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), órgão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Apoio do Conade

O assunto foi inicialmente discutido durante a 75ª Reunião Ordinária, realizada em agosto. Na oportunidade, ficou decidido que o tema entraria na pauta da 2ª Reunião Extraordinária para que os conselheiros tivessem tempo para analisar melhor o assunto. Todos os conselheiros tiveram acesso ao edital e à carta de repúdio.

Ao final dos debates, o **plenário do Conade decidiu por unanimidade apoiar a iniciativa do Ministério da Cultura**. Para o Conade, as alegações contidas na carta de repúdio são infundadas, o Prêmio não é assistencialista e não fere as normas de acessibilidade. O MinC será comunicado oficialmente da decisão do Conselho.

Abra	Associação Brasileira de Autismo
ABRC	Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeiras de Rodas
Ampid	Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e com Deficiência
Apabb	Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade
CBDV	Confederação Brasileira de Desportos para Deficientes Visuais
CC/PR	Casa Civil da Presidência da República
Coede/BA	Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado da Bahia
CMAPPD/BH	Conselho Municipal para Assuntos da Pessoa com Deficiência de Mogi das Cruzes/SP
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
Conade	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Confea	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Farbra	Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil
FBASD	Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down
FCD Brasil	Federação das Fraternidades Cristãs de Pessoas com Deficiência do Brasil
Fenapae	Federação Nacional das Apaes
Fenasp	Federação Nacional das Associações Pestalozzi
Fenavape	Federação Nacional das Avapes
Feneis	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
MC	Ministério das Comunicações
MCidades	Ministério das Cidades
MinC	Ministério da Cultura
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDS	Ministério das do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MJ	Ministério da Justiça
Morhan	Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
MPS	Ministério da Previdência Social
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MT	Ministério dos Transportes
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTur	Ministério do Turismo
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONCB	Organização Nacional de Cegos do Brasil
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SNPD	Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Unisert	União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal Credenciados

Consulte a [relação dos conselheiros](#) e a [composição das comissões permanentes](#) na página do Conade na internet.

A grafia de siglas obedece às regras ortográficas da língua portuguesa. As principais normas são:

1. Sigla com até três letras deve ser grafada em caixa alta. **OAB**
2. Sigla com quatro ou mais letras e que seja pronunciada como se fosse uma palavra deve ser grafada em caixa baixa, com exceção da letra inicial que deve ser maiúscula. **Conade**
3. Sigla com quatro ou mais letras e que só possa ser pronunciada letra por letra deve ser grafada em caixa alta. **SNPD**
4. Toda sigla, independentemente do número de letras, em que algumas letras não correspondem à letra inicial de cada um dos nomes que a compõem, deve ser grafada em caixas alta e baixa. **UnB**
5. No caso de órgãos estrangeiros, deve ser mantida a sigla do idioma original, porém grafada conforme as regras anteriores. **Unesco**
6. Sigla de entidade com unidades regionais ou estaduais deve ser grafada com hífen seguido da sigla do estado ou região. **Apae-DF**
7. As siglas, assim como as abreviaturas, não admitem a pluralização. **As Apae**

Fonte: Romeu Sasaki (2006)

Responsável pelo Informativo

Comissão de Comunicação Social

Composição da Comissão de Comunicação Social

- Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeiras de Rodas (ABRC)
- Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (Apabb).
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
- União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal Credenciados (Unisert)
 - Ministério da Cultura (MinC)
 - Ministério das Comunicações (MC)
- Ministério das Relações Exteriores (MRE)
 - Ministério do Turismo (MTur)

Comitê Editorial

Janilton Lima (CNC)
Laissa Ferreira (SDH/PR)
Márcio Aguiar (ABRC)
Patrícia Ávila (MC)
Roberto Tiné (Apabb)

Revisão

Romeu Sassaki

Apoio

- Secretaria Executiva do Conade (SE/Conade)
- Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)
 - Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência (Sicorde)
- Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (Apabb).

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote "C", 8º andar, Ed. Cidade Parque Corporate, Torre "A".
Brasília/DF - CEP 70308-200 Telefone: (61) 2025-9219 / 2025-3673 / Fax: (61) 2025-9967
E-mail: conade@sedh.gov.br Página na internet: www.presidencia.gov.br/sedh/conade
